

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS

JONAS KUNZLER MOREIRA DORNELLES

A INTERROGAÇÃO DA ALEGORIA
EM O LOUCO DO CATI

Porto Alegre
2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS

JONAS KUNZLER MOREIRA DORNELLES

A INTERROGAÇÃO DA ALEGORIA
EM O LOUCO DO CATI

Monografia de Conclusão de Curso
apresentada como requisito parcial para obtenção
do título de Licenciatura pelo curso de Letras da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Orientador: Profº: Ian Alexander

Porto Alegre
2015

AGRADECIMENTOS

À minha família, minhas irmãs, meu pai, minha filha.

Jéssica Castency também tem um lugar especial aqui.

À meus amigos e amigas, camaradas e militantes, que seguem continuamente me inspirando novos olhares e atitudes perante o mundo.

Ao Curso de Letras da UFRGS, às magníficas professoras e professores, aos funcionários e funcionárias, colegas.

Agradecimentos especiais à Ian Alexander, que com todo apoio, e sugestões precisas, ajudou a moldar a construção desse texto.

À Camila Alexandrini e Gabriela Semensato, pela disponibilidade e sua ótima leitura, atenta e pontual, de uma versão ainda desconstruída do texto.

À Antônio Barros, pelas ótimas aulas, leituras e contribuições.

Crédito das fotos: Ronái Rocha.

E disse-lhes, “Ó homens loucos, lentos em acreditar no que os profetas disseram! Então não era necessário que Cristo sofresse tudo isto antes de ser glorificado?” E começando pelos livros de Moisés, e por todos os profetas posteriores, interpretou-lhes tudo o que acerca dele se dizia nas Escrituras.

Lucas, 24:25-27
(Versão apócrifa
encontrada na internet.
Tradução desconhecida)

Nunca fiz política na ficção. Fiz política nas praças, nas assembleias e fiz política na polícia.

Dyonélio Machado

RESUMO

O artigo analisa a alegoria na obra *Louco do Cati*, de Dyonélio Machado, partindo da leitura que Hans-Georg Gadamer propõe em *Verdade e Método*. Buscando situar a continuidade histórica do Cati no tempo presente, interrogando a História da Guerra Civil de 1893, pensaremos a urgência da denúncia do Louco na atualidade. A partir de elementos da textualidade do livro é proposta uma nova chave de leitura para sua alegoria.

Palavras-chave: Dyonélio Machado; Louco do Cati; Hermenêutica; Guerra Civil de 1893

ABSTRACT

The study starts from the hermeneutic reading proposed by Hans-Georg Gadamer in *Truth and Method*, to analyze the allegory in the novel *O Louco do Cati*, by Brazilian author Dyonélio Machado. By locating the historical continuity of the “Cati” down to the present day and questioning the historicity of Federalist Civil War from 1893 to now, we can rethink the urgency of the character Louco do Cati in the present. A new reading of his allegory is proposed on the basis of descriptions of the Louco do Cati.

Key-words: Dyonélio Machado; *O Louco do Cati*; Hermeneutics; 1893 Federalist Civil War

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	3
RESUMO.....	5
ABSTRACT.....	6
SUMÁRIO.....	7
INTRODUÇÃO.....	8
A SITUAÇÃO DESLOUCADA DO APÓCRIFO.....	9
O ESCRITOR MALDITO.....	10
FENOMENOLOGIA DO CATI.....	13
ALEGORIA E HERMÊNÊUTICA.....	16
O CATI HISTÓRICO.....	19
NOS LIMITES DA FRONTEIRA.....	23
A RUÍNA DO CATI?.....	26
IDENTIDADE DENEGADA.....	28
O LOUCO EM AÇÃO.....	30
A POSTURA DO LOUCO.....	32
LOUCO DE CATI.....	35
ALGUMAS CONCLUSÕES ATÉ AQUI.....	38
BIBLIOGRAFIA.....	43

INTRODUÇÃO

Quem quiser compreender um texto deve estar pronto a deixar que ele lhe diga alguma coisa. Por isso, uma consciência educada hermeneuticamente deve ser preliminarmente sensível à alteridade do texto. Essa sensibilidade não pressupõe 'neutralidade' objetiva nem esquecimento de si mesmo, mas implica numa precisa tomada de consciência das próprias pressuposições e dos próprios pré-juízos.

Gadamer

Lançado em 1942, o *Louco do Cati* de Dyonélio Machado vêm mantendo, desde então, uma posição incomoda na construção de uma narrativa da “história da literatura” sul-riograndense. Tendo sido recebida por vezes como um livro genial e por outras como uma obra confusa e mal-acabada, o livro insiste num espaço particular entre os “romances sociais dos anos 30”, de Jorge Amado e Érico Veríssimo, e os romances da tradição “intimista”, os “romances psicológicos” da linha de Cornélio Penna, Mário Peixoto e Lucio Cardoso.

A idéia deste trabalho é pensar uma leitura da escritura de *Louco do Cati* para além do *historicismo* de uma possível História da Literatura, e por dentro da *historicidade* de sua alegoria. Para desenvolver uma interpretação do *Louco do Cati* nesse sentido, utilizarei algumas indicações metodológicas propostas por Hans-George Gadamer, em *Verdade e Método*. Esta obra advoga um método interpretativo menos rígido para as ciências humanas, questionando atitudes idealistas em relação ao discurso histórico.

A interpretação da alegoria em Gadamer se difere das concepções tradicionais de alegoria, e nos servirá de suporte aqui pra indicar o desenvolvimento de uma possível chave de leitura. Buscarei fazer uma reconstituição da centralidade do Cati no desenvolvimento de determinadas instituições e de certos aspectos da identidade/alteridade do povo gaúcho. A seguir procuro, a partir de indicações textuais, reconstituir a imagem do personagem Louco como um ex-combatente, considerando o desenvolvimento narrativo do livro como processo de cura de suas experiências traumáticas.

A SITUAÇÃO DESLOCADA DO APÓCRIFO

Em um de seus livros mais recentes, *Coruja, Qorpo-Santo e Jacaré - 30 perfis heterodoxos*, o professor e pesquisador Luís Augusto Fischer, retoma um pouco da história da recepção de *Louco do Cati*, buscando situar a problemática posição do livro e de Dyonélio Machado no conjunto da literatura brasileira.

No capítulo *Louco e Mal Compreendido*, o professor inclui Dyonélio entre os escritores falecidos, “de obra publicada mais ou menos regularmente, com méritos reconhecidos ainda que a custo, sobre o qual no entanto não parece haver nem os mínimos consensos, aqueles que devem estar (e realmente estão) aquém e além das disputas de gosto e de ideologia.” (FISCHER, 2013, pg. 121). “Ele deveria ser dado como indispensável, mas ainda não é”, conclui o professor em seu artigo.

Indo de encontro à fortuna crítica de *Louco do Cati*, em referências biográficas e em sua própria obra, se pode crer que parte dessa recepção atual de Louco do Cati seja resultado da forma como se deu a “retomada” de Dyonélio nos anos 1970. Questionar se a marca de *escritor maldito*, usada no resgate de sua obra a partir dos anos 1970, influencia o discurso crítico e a leitura do livro ainda hoje, no entanto, seria tema pra outro artigo. Mas instigo a pergunta: Será que o estigma de marginal não restringe possíveis interpretações de Dyonélio de alguma forma?

Buscarei reconfigurar a leitura da alegoria do Cati, e se minha interpretação funcionar, Dyonélio talvez ainda continue um maldito, mas muito mais um maldito moral e político, que meramente o maldito literário que uma leitura *estética* poderia supor.

A interrogação que sua obra deixa se colocaria nas fronteiras da política, nos limites da constituição da identidade e da moral de seu povo, à questionar de maneira permanente a profunda violência que nos constitui no *ser gaúcho*. Violência que serviu e serve muito bem para legitimação das elites regionais, e que se camufla nas práticas da atual instituição policial, como se já não mais vivêssemos sob uma guerra civil agora, mas no mais legítimo, pacífico e democrático Estado de direito.

O ESCRITOR MALDITO

Para identificar isso que chamarei de “retomada de Dyonélio”, sigo aqui os indicativos passos de Maria Zenilda Grawunder, em seu livro *Instituição Literária* (1997)

A trajetória do discurso crítico [de Dyonélio] vai, na fase de emergência do autor, da aceitação inicial do livro de contos *Um pobre homem* à rejeição, pela incompatibilidade com os valores políticos e literários vigentes. Segue-se, então, uma fase de estigmatização e ostracismo e, só décadas depois, a aceitação e consagração por parte da instituição literária. (GRAWUNDER, 1997, pg.78)

Pontuemos alguns marcos na trajetória de Dyonélio. Já ao editar seu primeiro livro este criará problemas políticos, sendo detido após publicar, em edição de autor, *Um Pobre Homem*. Estamos no ano de 1927, e um conto sobre a Guerra do Paraguai, *Noite no acampamento*, desagrada as autoridades. O delegado, alegando que Dyonélio buscava *indispor a população civil contra o Exército*, detém o autor para inquérito (HOHLFELDT, 1987. pg.23)

Será com a premiação de *Os Ratos* em 1935, que Dyonélio será projetado na vanguarda do que podemos chamar “romance urbano proletário”, da chamada “geração de 30”. E é justo nesse momento de maior consagração nacional que irá ocorrer a detenção que servirá de inspiração para a obra *Louco do Cati*. Dyonélio assume a culpa por um camarada que carregava panfletos da causa comunista, e por isto passará dois anos dentro das grades, incluindo uma temporada em presídios do Rio de Janeiro, pano de fundo para alguns capítulos do *Louco do Cati*. (MADRUGA, 1986, pg. 43-44)

Quando *Louco do Cati* é publicado em 1942, receberá na época uma crítica de Sérgio Millet, destacando o surrealismo da obra, e seus possíveis desdobramentos morais (HOHLFELDT, 1987. pg.23). Tudo indica, no entanto que Moisés Vellinho, na época “eminente” crítico sul-riograndense, conhecido por sua defesa conservadora do lusitanismo sul-riograndense, encarnará a primeira recepção negativa do *Louco do Cati*.

Situando o livro como obra mal realizada. Vellinho atacará o livro em todos os níveis, acusando a obra de “trazer períodos atravancados, falta de clareza e de disciplina, monotonia de estilo e linguagem deliberadamente descuidada.”

(VELLINHO apud GRAWUNDER, pg. 84) O crítico repudiará as particularidades inovadoras de estilo, alegando inconsistência da trama: “Um final de romance cuja razão de ser é impossível de descobrir, pelo simples motivo de que não tem forma, não tem conteúdo, não tem qualquer propósito acessível à percepção comum”

Ao longo dessa primeira recepção, o que trazia à Dyonélio algum conforto e confiança na qualidade de sua obra eram as leituras enaltecidas de amigos como Mário de Andrade, Viana Moog e Guimarães Rosa (MADRUGA, 1986, pg.52). Estes atribuíam imenso valor à obra de Dyonélio, em especial o *Louco do Cati*. O silêncio sobre a obra Dyonélio, no entanto, permaneceria pelas próximas décadas.

Assim, no período que deveria ser a sua afirmação literária, após uma emergência promissora, houve o descompasso com diversas instâncias institucionais que o tornaram proscrito. Fiel a seus princípios, o autor desestrutura, por assim dizer, a sua própria carreira. Isso, por falar uma linguagem totalmente divergente, não só do movimento literário, fugindo aos parâmetros da crítica especializada sobre o aceitável pela estética do momento, mas também por tratar de temática e motivos alheios aos interesses políticos e editoriais (GRAWUNDER, pg 86)

É nessa condição delicada que virá a luz a primeira edição de *Os Deuses Econômicos*, fruto de dez anos de pesquisa de Dyonélio sobre o Império Romano e Antiguidade Clássica. Quando o livro é publicado, sua edição é tão cheia de erros de revisão que Dyonélio se apressa em recolher o máximo de edições que pode. (HOHLFELD, 1987, pg.28). Se já havia um contexto de recepção complicado com *Louco do Cati*, essa edição problemática também não ajudou. Além disso, *Deuses Econômicos* foge totalmente do cenário urbano de suas obras anteriores, elaborando uma espécie de leitura apócrifa das origens do cristianismo em meio ao Império Romano. Podemos pensar: enquanto Érico Veríssimo, à mesma época, com o *Tempo e Vento*, ia buscar as raízes da época atual no Século XIX, Dyonélio foi mais ousado, e viu mais longe...

Por sua leitura não-ortodoxa, quase gnóstica, da tradição cristã, pode se imaginar como a obra foi recebida num país de herança católica e nenhuma tradição hermenêutica. Então, vejamos: o livro de Dyonélio não seria bem aceito nem pelos camaradas comunistas (dado sua imensa distância da literatura de denúncia e de panfleto, que um contexto de guerra talvez exija) nem seria bem recebida por leitores conservadores, críticos ao seu comunismo implícito (a vinda de um Jesus Cristo-Dionísio defensor da reforma agrária?).

Será só a partir dos anos 70 que uma comoção da “instituição literária”, houve de produzir um ambiente mais propício a um novo ciclo de publicações e reedições de Dyonélio. Conjugando críticas de escritores consagrados em prefácios, matérias em jornais, o público foi pouco a pouco se reaproximando da obra de Dyonélio. A partir daí Dyonélio receberá novamente reconhecimento por sua obra. Escreverá no jornal *Correio do Povo*, receberá premiações, e verá ainda uma tradução de *Os Ratos* ser editada na França (GRAWUNDER, 1997, pg. 71)

Destaco enfim que essa “retomada de Dyonélio” nos anos 70 se fez em função de uma imagem de autor renegado. *Maldito escritor gaúcho volta de novo a atacar* é o título de uma matéria publicada no jornal *Lampião*. O estigma de *maldito* também é enunciado num filme de Ivan Cardoso sobre o autor (Dr. Dyonélio, 1978), em que Dyonélio inclusive é definido como um pioneiro do *nouveau roman* francês. Um marco, talvez, desta recepção crítica seja o artigo de Flávio Moreira da Costa, *A tradição e a traição*, em que o crítico situa Dyonélio ao lado de Qorpo-Santo, e *Louco do Cati* na tradição do Realismo Fantástico latino-americano. Um Dyonélio como que vanguardista literário.

A recepção dos 1970 cresce nos anos 80, e a partir da década de 90, vemos a intensificação de pesquisas direcionadas à obra de Dyonélio. Pouco a pouco vai se consolidando sua posição na “instituição literária”. Dessa época, é a publicação de diversas obras exclusivamente sobre Dyonélio: *Dyonelio Machado, o Homem - A Obra* (Rodrigues Till, 1995) *Dyonelio Machado* (BARBOSA, Márcia Helena Saldanha, 1995) *A paródia em: “O Louco do Cati”*. (BARBOSA, Márcia Helena Saldanha, 1994) e *Instituição Literária* (GRAWUNDER, Maria Zenilda, 1997), para ficar em alguns exemplos. É de se notar também que este fenômeno continua, com lançamento de pelo menos uma obra inédita, *Proscritos*(2014) e dois filmes inspirados na vida e obra do autor.

Lentamente a obra do autor vai sedimentando reconhecimento e aqui voltaremos à constatação de Luís Augusto Fischer em 2013: Por que a obra de Dyonélio ainda não é considerada indispensável? O quanto resta entre nós da leitura de Vellinho, do Louco do Cati como uma obra desqualificada e mal-acabada? E seria sua alegoria limitada à denúncia tão somente dos abusos das Ditaduras (Estado Novo ou de 1964)? Vejamos que questão soterrada sua alegoria talvez insista em propor.

FENOMENOLOGIA DO CATI

O conhecimento histórico não pode ser descrito segundo o modelo de um conhecimento objetivista, já que ele mesmo é um processo que possui todas as características de um acontecimento histórico. A compreensão deve ser entendida como um ato da existência, e é portanto um "pro-jeto lançado". (GADAMER, 1998, pg. 57)

"O Alegórico, ao contrário, só deixa surgir essa unidade significante através da indicação de um outro, fora de si."
(GADAMER, 1997, pg. 136)

Romper com as instituições literárias não significa apenas oferecer interpretações diferentes de Beckett: significa romper com as maneiras pelas quais são definidas a literatura, a crítica literária e os valores sociais que as apoiam.

(EAGLETON, 2006, pg. 136)

Queria mandar por ele um recado, um recado sobre a barba, para o chefe da escolta... Nisso, Norberto teve um pulo no leito. Sentou-se. Havia compreendido: - A incomunicabilidade!

(MACHADO, 2003, pg. 87)

É na linguagem de *Louco do Cati* que encontramos os indícios que autorizam renovar a interpretação de sua alegoria. A escritura muito característica de Dyonélio é destacada por diversos críticos (aqui acompanharei HOHLFELDT, 1976, pg.35-36).

Ferreira Gullar afirma que a linguagem de Dyonélio é "despojada de qualquer metafísica e mesmo de digressões filosóficas ou psicológicas. Tanto a visão de mundo do autor como a interioridade das personagens vão se revelando pela ação e pelo diálogo (...)E isso, antes de ser técnica literária, é expressão do que talvez seja o móvel principal desse romancista: aprender, na sua espontaneidade, o movimento da vida." Para João Gilberto Noll, "O escritor gaúcho retira das ambientações em que circula a narrativa apenas o essencial, os seus signos prioritários." Tânia Franco Carvalhal afirma que "*Louco do Cati* logra exprimir o absurdo da condição humana em alguns de seus traços mais contundentes, o homem despojado de entendimento, envolvido ao acaso das situações, acuado e perseguido como cão (...)É o drama do homem em toda sua contingência, expresso numa ficção que se ensaiava renovadora".

O que tais críticos parecem reverberar são também algumas definições de FERNANDES (1986) à chamada *literatura existencialista*: o absurdo da condição humana, a contingência da existência finita, a ausência de metafísica no olhar. Assim a literatura de Dyonélio ecoaria todo um espírito de época: a fenomenologia

angustiada de *A Náusea* (1938) de Jean Paul Sartre, o absurdo em *O Estrangeiro* de Albert Camus (1942), as peças e romances de Samuel Beckett, *Molloy* (1951) ou *Esperando Godot* (1953). Se pensarmos ainda nas críticas que identificam questionamentos existencialistas no romance de Roberto Arlt, *Sete Loucos* (1929), em *O Túnel* (1948) de Ernesto Sábato, ou ainda na análise que Sartre faz sobre o tempo no romance de William Faulkner, *Som e a Fúria* (1929). Temos toda uma vizinhança de contemporâneos ao lado de *Louco do Cati*, livros que surgindo nas proximidades do entreguerras, compartilham também da influência do romance russo e sua consolidação nos meios literários mundiais.

Em sua “estilística”, *Louco do Cati* apresenta algumas características do que poderíamos identificar com um *olhar fenomenológico* (MERLEAU-PONTY, 1999) Vejamos alguns trechos indicativos nesse sentido. Muito mais do que exaurir o tema da linguagem de Dyonélio, chamarei aqui atenção para a visualidade e a importância do olhar no desenvolvimento da obra.

Ao chegar no final da linha dos bondes, “Os poucos passageiros que ainda restavam despegaram-se do veículo parado com a negligência de vermes que abandonam uma carcaça já esgotada” (pg.15). Os excursionistas mais adiante embarcarão no *Borboleta*, vendo diante de si a “tira escura da estrada, que repassava rápida sob os seus olhos, como se fosse se enrolar num cilindro mais atrás, qual uma fita.” (pg. 19). Ao procurar no horizonte o farol que indicava sua chegada em Palmares, perceberão uma “massa escura, desengonçada - mais escura ainda pelo contraste com o feixe débil daquele farol isolado ([por quê] há muito que ele [o farol] andava caolho).” (pg. 25)

Mais adiante, há a chegada em cena do personagem chamado Seu Turíbio, onde o narrador descreve sua descida do caminhão. “Trazia um passageiro, que desceu com um rangido surdo, interior, como têm os móveis pesados quando se os muda de lugar.” (pg. 41)

O movimento dos quadris, com o movimento em sentido contrário do tronco, quando marchava, fazia, no seu conjunto, um movimento harmonioso de parafuso, de parafuso que vai e vem, dando quase a ilusão de que o sujeito não progredia e ficava esburacando o chão, sempre no mesmo lugar. (MACHADO, 2003, pg. 41)

Ao chegarem na praia, avistam o mar como “língua chata nos pés das areias alvas e onduladas.” (pg. 45) e mais adiante vêem passar um casal. “Ele vestia-se

como um jogador de golfe. Ela era loira, fresca, os olhos claros tipo esporte.” (pg. 51)

As analogias visuais irão continuar ao longo do livro. É essa imanência, entranhada na linguagem do texto, que me sugeriu inicialmente essa possível relação com uma fenomenologia filosófica. Uma leitura que surge da interrogação própria do olhar. Como veríamos o mundo sob a alegoria do Cati? Como andaria, o que veria, que denúncias faria o Louco do Cati nas ruas da Porto Alegre dos dias de hoje?

-Porque é assim. Pessoal de uma certa aparência fica aqui em cima. O resto vai lá para baixo.

Coisa engraçada. O olhar de Norberto procurava, com benevolência, qualquer aspecto agradável na figura do outro. - Talvez - refletiu - não devesse ter metido o pau naquele chapéu de copa alta, o chapéu dele.

(MACHADO, 2003, pg. 92)

ALEGORIA E HERMENÊUTICA

Quando se começa a lançar um olhar para além dos limites da arte vivencial e se deixam valer outros padrões, abrem-se novos e amplos espaços no âmbito da arte ocidental, que, desde a antiguidade até a era do Barroco, foi plenamente dominada por padrões de valor totalmente diversos dos da experimentação, e, igualmente, o olhar se torna livre para mundos da arte totalmente estranhos.

(GADAMER, 1997, pg. 132, 133)

O maluco dirigia o focinho indagador e comovido para os lados de Norberto, - que logo esclareceu por que é que se estava lutando:

-Para irem lá fora, onde há luz. E botar aqui dentro, no escuro, os outros. Por enquanto, foram estes últimos que venceram. Você deve estar vendo bem.

(MACHADO, 2003, pg. 82)

Mais do que enquadrar (em uma *atitude estética*) o *Louco do Cati* sob o rótulo de *literatura existencialista*, ou definir seu estilo narrativo como *fenomenológico*, quis destacar a vizinhança da obra com estas categorias. Esta proximidade me sugere que uma aproximação da tradição crítica hermenêutica de Gadamer seria válida para minha interpretação particular da alegoria do Cati. Uma mesma vertente: a prática interpretativa da hermenêutica proposta em *Verdade e Método* herda muito da filosofia fenomenológica de Martin Heidegger (que adaptada por seu leitor, o também filósofo, Jean-Paul Sartre, resulta no hoje chamamos *existencialismo*).

Para uma tal interpretação se faz necessário reconstruir sua “história efetiva” ou seu potencial efeito na existência *historicizada* de sua recepção (“O entendimento é, essencialmente, um evento historicamente efetivo – Gadamer, 1998 pg. 300). Esse *restabelecimento e recuperação* da *facticidade* histórica do passado atualiza, em nosso presente, a potencialidade dessa verdade mesma (LAWN, pg.94). Desta ótica, a verdade só pode residir, portanto, na *experiência* do presente.

É característico da hermenêutica de Gadamer o diálogo com a filosofia de Martin Heidegger. O círculo de interrogações do Ser compreendido em sua finitude, e como tal interrogação *experienciada* busca situar o pensamento em sua existência histórica. A filosofia heideggeriana se propõe a meditação não mais nos moldes idealistas-hegelianos da dialética histórica, mas nas aurora do pensamento pré-socrático, de inspiração nietzscheana. Incluindo os profundos questionamentos

existenciais de Soren Kierkegaard, o caminho de Heidegger passa, ainda, pela superação de uma possível a-historicidade da Fenomenologia de Husserl, ficando na História sua ontologia fenomenológica, à interrogar os fenômenos e o Ser a partir de seu recorte na finitude.

Gadamer partirá, então, do pensamento heideggeriano para desenvolver seus critérios de interpretação. O que nos interessa aqui é como seu pensamento irá fazer uma crítica do modo como a Modernidade *vivenciou* a arte a partir do Século XVIII, principalmente após a configuração da Estética de Hegel. A experimentação dos “conteúdos” do que o pensamento estético chama de *arte*, a partir do romantismo, é para Gadamer o que “[no] entendimento histórico, isto é, o experienciar seu lugar dentro de uma tradição viva, se transforma em ciência histórica metodizada” (DAWN, pg 85). “A linguagem, e a verdade da qual é experienciada todos os dias e também a existência em sua forma mais refinada na linguagem literária, é reduzida a uma abstração alienada: filosofia da linguagem”. A ciência da arte, a Estética hegeliana, funda, portanto, uma limitação no entendimento e na vivência das verdades mais fundamentais do que está contido no que se chama arte e literatura. A “Ciência do belo” sonegaria vivências e interpretações a estas verdades manifestas, através de uma certa atitude chamada *comportamento estético*.

É para reconstituir tais modos e vivências que toda interpretação deve historicizar-se. Toda leitura e interpretação são limitadas pelos horizontes e preconceitos ontológicos de nossa época, e pela falta de condições existenciais de remontar todos os níveis da experiência de vida dos antepassados.

O conceito de arte vivencial somente se torna consciente na sua circunscrição, quando deixa de ser auto-evidente que uma obra de arte represente uma transposição de vivências, e quando já não é auto-evidente que essa transposição se deve à vivência de uma inspiração genial que, com a segurança de um sonâmbulo, cria a obra de arte que, por sua vez, converter-se-á numa vivência para aquele que a recebe. Para nós, o século caracterizado pela auto-evidência desses pressupostos é o de Goethe, um século que é toda uma era, uma época. Somente porque para nós já está encerrado, e por isso nos permite ver além de seus limites, podemos vê-lo nos seus limites e para isso temos um conceito.

GADAMER, 1998, pg. 132

O *comportamento estético* limitaria as interpretações e as vivências daquilo que se pode chamar “arte”. Para exemplificar sua concepção, Gadamer recorre à

oposição entre o conceito idealista do símbolo, e a alegoria, interpretada aqui sob o olhar de sua hermenêutica filosófica.

Segundo GADAMER, 1997:

Muitos pesquisadores interessados na história das palavras, muitas vezes não prestam suficiente atenção ao fato de que a contradição artística entre alegoria e símbolo, que nos parece auto-evidente, é apenas o resultado do desenvolvimento filosófico dos últimos dois séculos. (pg.134)

No conceito de símbolo ressoa, porém, um pano de fundo metafísico, que se afasta totalmente do uso retórico da alegoria. É possível ser conduzido, a partir do sensorial, ao divino. Pois o sensorial não é mera nada e treva, mas emanção e reflexo do verdadeiro. O conceito moderno de símbolo é desprovido de sua função gnóstica, e não é o seu bastidor metafísico compreensível. A palavra “símbolo” só pode ser elevada da sua aplicação originária, enquanto documento, sinal de reconhecimento, senha, conceito filosófico de um misterioso sinal, indo parar, com isso, na proximidade do hieróglifo, cuja decifração só alcançam os iniciados, por que o símbolo não é adoção qualquer de um signo ou a criação de um signo, mas pressupõe uma correlação metafísica do visível com o invisível, essa “coincidência” de duas esferas, encontra-se na base de todas formas do culto religioso.(...) O simbólico, segundo Solger, caracteriza uma existência em que, de alguma forma, a ideia é “reconhecida”, portanto, a íntima unidade do ideal e do fenômeno, que é específica para a obra de arte. O alegórico, ao contrário, só deixa surgir essa unidade significativa através da indicação de um outro, fora de si.

A relação retórica do conceito de alegoria permanece atuante nesse desenvolvimento do significado na medida em que, como alegoria, não pressupõe, na verdade, parentesco original metafísico, como o exige o símbolo, mas antes, apenas como uma agregação proporcionada por uma convenção dogmática, o que permite aplicar representações imagéticas para coisas destituídas de imagens. (pg.136)

A valorização do simbólico nas obras de arte, advinda do *comportamento estético* fragmentando a “experienciação” da arte, seriam, pelo menos após o séc.XIX, os responsáveis pelo menosprezo das alegorias, como recurso literário limitado e empobrecido, subvalorizado.

E nesse sentido, podemos interpretar que as próprias alegorias poderiam, por sua vez, mal interpretadas, traídas em sua historicidade, caso realizemos em um *comportamento estético* a interpretação de sua alegoria como simbolizando algo.

Partindo desse foco, passo agora a pensar na historicidade da obra Louco do Cati, sua denúncia, esboçando algumas características, para então pensar na permanência de certas questões que a alegoria do livro traz para o contexto atual do presente trabalho.

AS HERANÇAS DO CATI HISTÓRICO

Assim nasceram os CTGs, recriando, estilisticamente, as formas culturais dos deserdados do campo, mas enquadrando-as no brete ideológico [da burguesia agrária] em que elas haviam se gestado, o que fica explícito nas quatro palavras-chave do movimento: galpão, patrão, peão e prenda. (DACANAL, 2004, pg. 21)

É preciso que consideremos o *Cati Histórico*: quartel militar situado no limite da fronteira geográfica do sul do Brasil, fronteira do estado sul-riograndense com Uruguai, lugar estratégico no *front* de combate com os *hermanos* do Prata. Um quartel fincado num ponto crucial da fronteira de uma *nação brasileira*. Sem reconhecer sua importância histórico-geográfica seria difícil entender o apelo do livro de Dyonélio, e sua contribuição fundamental.

Nesse sentido, já começamos com um impasse: grande parte da historiografia sul-riograndense está por demais entranhada e dependente de ideologias. É exemplo dessa característica regional o curioso fato de que, uma pesquisa histórica publicada em 2010, *Degolas e degoladores no Rio Grande do Sul 1889 -1930* (D'ÁVILA, 2012), ainda veja seu autor elogiado, no prefácio, por ter escrito um livro em prol da *causa maragata*...é toda uma binariedade constitutiva das identidades e dos sujeitos (não buscando por isto ser taxado de chimango!)

Até meados do século passado, figuras folclóricas publicavam livros históricos ambiciosos, que eram recebidos com entusiasmo e reconhecimento, sem, no entanto, se basearem em metodologias precisas e sem consulta a um amplo espectro de documentações. No Rio Grande do Sul, todo ano, ideologias elitistas e arcaicas ressurgem em páginas dos jornais, desfiles e acampamentos, e se hoje estas mitologias fictícias são continuamente questionadas, no entanto não deixam de se atualizarem como podem, em galpões ou programas de televisão. O livro de *RS: Modernização X Arcaísmo*, (DACANAL, 2004) define assim (de maneira meio borgiana) um pouco dessa condição historiográfica sul-riograndense.

De um lado, a Ala Tradicional. Surge da administração colonial portuguesa no Rio Grande do Sul, com sua justificativa em Visconde de São Leopoldo, manifesta na obra *Anais da Província de São Pedro*. É aí que se inicia o discurso de legitimação do Rio Grande do Sul sob o território brasileiro.

Num segundo grupo, há os sofisticadores dessa ideologia, que, sem citá-la, a atualizam: os criadores das mitologias do “Gaúcho Heróico”, da “miscigenação” com etnias indígenas (que praticamente não houve entre as elites), da “produção sem trabalho” nas estâncias sul-riograndenses, a escravidão que no RS teria sido muito mais leve, etc. (para uma crítica aprofundada destas, reportar ao livro *RS: Cultura e ideologia*, Décio Freitas, 1980)

Num terceiro grupo, autores que pesquisam fatos folclóricos profundamente, mas isolados, sem sistematização numa História maior, como é o caso das pesquisas de Sérgio da Costa Franco, que por suas pesquisas pontuais acaba justamente por desmentir alguns mitos, mesmo sem perceber, talvez (DACANAL, 2004, pg 36).

Haveria por fim, um quarto grupo, de “escritores folclóricos”, mentores do CTG, radialistas e colunistas de jornais conservadores de nosso Estado.

No lado oposto, a Ala Revisionista. Esta estaria principalmente ligada à universidade e pesquisaria com metodologias quantitativas, ignorando, muitas das vezes, a tradição historiográfica *Tradicional* como fonte. Enxergam a sociedade como uma totalidade de sistema de produção e de trabalho, que se define no poder político e pelas transformações mesmas que passa essa sociedade. Por tais motivos seria “revisionista”: por confrontar a historiografia oficial, que não se baseia em métodos precisos, nos estudos das mentalidades, e que está comprometida ideologicamente com grupos políticos da elite agrária. ¹

O texto de J.H.Dacanal é dos anos 1980, e, assim como as pesquisas de Décio Freitas em *RS: Cultura e Ideologia* me parecem representativos desse período dos anos 70/80, que poderia chamar de Renascença cultural da vida sul-riograndense. Seria exemplo preciso dessa época, também, o livro *Nós, os Gaúchos*, uma coletânea de artigos de diversos autores gaúchos de diversas áreas, que ali procuram resituar a cultura sul-riograndense, em diversos campos, em um novo cenário. ¹

¹ É notável a reciclagem sem fim dos fantasmas das velhas ideologias tradicionalistas, pelo menos até o presente momento, o ano de 2015. Dacanal irá lembrar, ainda, em seu artigo, da difícil dialética entre tradicionalismo X regionalismo, e posteriormente, do tradicionalismo X nativismo, na cultura sul-riograndense. Disputa de autenticidade das origens, das legitimidades, das heranças advindas do Solo, da Verdade do Ser telúrico. Sublinho aqui o jogo dos binarismos destas reivindicações, tradicionais/revisionistas, tradicionalistas/nativistas. Seria uma espécie de “espírito de grenal” característica incontornável de nossa identidade e cultura?

É ponto pacífico hoje que o mito do gaúcho e seus elementos componentes - a miscigenação, a democracia racial, a produção sem trabalho, a igualdade, o heroísmo, etc - correspondem a uma construção ideológica da oligarquia rural sul-riograndense, construção que buscava, basicamente, dois objetivos: diferenciar-se externamente, em relação à então classe dirigente do sudeste cafeeiro e escravista, e justificar internamente seu poder, cooptando os estratos sociais médios e inferiores do estado, tanto urbanos quanto rurais. (DACANAL, pg. 17)

Quando tentamos, portanto, confrontar as raízes e frutos posteriores da Guerra Civil de 1893, estamos à frente de um grande problema historiográfico. Temos nas fontes primárias toda tradição toda folclórica, que olha o passado através de lentes ideológicas, filtro que foi se diluindo, de diversas maneiras, em nosso cotidiano até presente momento.

Destacarei, dentro de nossas limitações, a centralidade da ~~Revolução~~ Federalista Guerra Civil de 1893 (e, portanto, do *Cati Histórico*) para a história do desenvolvimento e renovação das forças repressivas do militarismo brasileiro na República Velha. O *Cati Histórico* não seria apenas um caso de exceção, um lugar na fronteira brasileira onde as coisas “passaram um pouquinho dos limites”, e que Dyonélio teria tão somente associado por analogia à ~~Estado Novo~~ Ditadura Vargasista de seu tempo. O Cati é um grotesco que manifesta todo um conteúdo latente de uma ideologia repressora, presente ainda nos dias de hoje.

As torturas, as técnicas de repressão, as degolas que ocorriam no Cati talvez pudessem representar uma espécie de *laboratório estratégico* na formação das forças repressivas no incipiente Estado positivista de Júlio de Castilhos, e que foi ser importado depois para o resto da República Velha, de maneira que, suas consequências continuariam espalhando-se não só no Estado como no resto do país.

Zona litigiosa, em virtude da constante disputa entre espanhóis e portugueses, o Rio Grande do Sul, desde o período de formação, serviu de espaço para o desenrolar de contendas e conflitos. O desentendimento entre as nações ibéricas, que se anuncia no século 17 e prossegue pelo século seguinte, atinge os anos iniciais do século 19, tem a mesma motivação: a disputa pelo território do extremo sul do Brasil. Os constantes tratados assinados entre as duas coroas para legitimar a posse da terra não resolviam os problemas dos limites estabelecidos, pois que desrespeitados era por ambas as potências colonizadores.

Numa primeira fase da história do espaço sulino, as lutas travavam-se entre os dois reinos ibéricos; a partir de então são as contendas internas que moldarão a feição do território e de sua gente. A Revolução Farroupilha,

que eclode em 1835, é sustentada pelos descontentamentos dos estancieiros gaúchos no que diz respeito à política econômica imperial que privilegiava os interesses do centro do País em detrimento dos da Província. A revolta, por isso mesmo, só será resolvida mediante a utilização do poder militar do Rio Grande como elemento de barganha junto ao governo central. Os conflitos vivenciados na região do Prata nos anos posteriores ao término da contenda civil envolveram novamente os rio-grandenses - as guerras na Argentina e no Uruguai - e ameaçaram o Império. A saída política obriga a favorecer o Rio Grande em troca de seu apoio militar e econômico. (MOREIRA & BAUMGARTEN, 1993)

Chamo a atenção, de início, para a continuidade imediata entre a Guerra Civil de 1893 e o genocídio de Canudos (1896 - 1897), e é notável que Antônio Moreira César, conhecido como “cortador de cabeças”, na guerra civil de 1893, tenha sido chamado para acabar com outros “distúrbios monarquistas”, agora contra Antônio Conselheiro em Canudos. Isto foi logo após ter na campanha da Guerra Civil de 1893 degolando as “forças monarquistas anti-republicanas” dos rebeldes maragatos. Toda técnica das degolas (que afloram nas memórias do *Louco do Cati*) foi sendo exportada pra outros estados da Republica Velha, junto com o charque, como uma *commodite* da *Fronteira Sul*, assim que a Guerra Civil se conclui. Este será o primeiro indício de uma continuidade que o Cati e sua alegoria irão denunciar.

Como poderá uma guerra civil deixar cicatrizes 115 anos depois, permanecendo ignorada tanto tempo?

NOS LIMITES DA FRONTEIRA MILITAR

As relações entre a América Portuguesa e Espanhola foram quase sempre tensas, mesmo no período de integração da União Ibérica (1580-1640). Os tratados de Madri, Santo Ildefonso, Badajós e outros; as disputas de Sacramento, a invasão espanhola do Rio Grande do Sul no fim do século XVIII e a agressão brasileira à Guiana Francesa e à Cisplatina no período joanino só mostram esse histórico de tensão.

Já independentes, o Brasil permaneceu a única monarquia após as experiências frustradas do Império no México. Curiosamente, para a elite brasileira e suas representações culturais, nós vivíamos num império estável e com governantes legítimos e a América Hispânica era um amontoado de republiquetas lideradas por caudilhos sem expressão, sempre engolfadas em guerras civis. Interessante que a expressão Guerra Civil não apareça quase nunca nos livros brasileiros quando se refere à Balaiada, Sabinada, Cabanagem, Guerra dos Farrapos, às Revoltas Liberais de 1842 ou mesmo em relação à Revolução Constitucionalista de São Paulo. Porém, a expressão Guerra Civil é usada largamente para classificar os choques entre unitaristas e federalistas na Argentina ou a luta entre conservadores e liberais na Colômbia, a famosa (para quem?) Guerra dos Mil Dias. (KARNAL, pg.93)

Para Leandro Karnal, historiador e pesquisador do tema da identidade latino-americana, o processo de construção da identidade do Ser brasileiro passou por uma etapa decisiva de legitimação interna entre as elites católicas brasileiras. Esta elite se constituiu definindo uma cisão com a identidade de povo latino-americano, o Brasil se fazendo Império na oposição a seus vizinhos da América Latina espanhola.

Com o desenvolvimento e o sucesso político-militar destas elites imperiais, tais características foram se consolidando e seguiram algo infiltradas no cotidiano de nossa nacionalidade: “Nada parece causar mais horror ao turista brasileiro médio que está na Europa ser englobado num conjunto que incluiria paraguaios, bolivianos e argentinos!” (KARNAL, pg. 93)

Nesse sentido, o Brasil seria um país melhor por que não é *como seus vizinhos...* nosso país latino-americano que denega sua identidade como tal:

Assim, haveria um mundo hispânico inquieto ao nosso redor e nós seríamos a tranquila monarquia liderada por um patriarca de barbas brancas e olhos claros. Nós brasileiros apresentaríamos, no máximo, revoltas regionais, jamais uma guerra civil. É uma assertiva consagrada que a alteridade colabora para desenvolver a identidade. Sou o que sou também em função da diferença que percebo no Outro. Ver nas Repúblicas ao nosso redor uma situação instável colaborava para destacar um imaginário de prosperidade sóbria ao Império Brasileiro.

Historicamente, outro fenômeno marca nossa denegação. A ação do Brasil no Prata, ao longo do século XIX, foi decididamente Imperialista. Já citamos o conhecido caso da Banda Oriental, a Cisplatina. Passando por cima de incidentes menores, temos a séria intervenção contra Rosas na Argentina. Rosas é tratado nos livros como “o ditador” Rosas, como se seu domínio sobre a Argentina fosse autoritário e o de D. Pedro II fosse democrático. No caso do Uruguai, o Brasil também toma uma atitude francamente agressiva, ao derrubar um governo e colocar outro no poder, tendo como justificativa as agressões do governo blanco contra posses e súditos brasileiros. Não se trata de construir um sistema antípoda de governo brasileiro agressivo e governos platinos tranquilos e vítimas, mas de trazer à tona a tradição dessa intervenção. (KARNAL, pg. 94)

Karnal chama a este fenômeno de *denegação*, que seria tanto uma rejeição à uma idéia anteriormente pronunciada, quanto o alegado desconhecimento quando a questão vem à tona, fingindo ignorância do tema, com a óbvia intenção de indicar que a questão é irrelevante e *nem merece ser discutida*.

É notável, por exemplo, a participação ativa do país na Guerra do Paraguai e na chamada Guerra da Tríplice Aliança, momentos em que teria tomado grandes territórios de seus vizinhos, e tido participação ativa no extermínio dos povos latino-americanos. “Não é sem base histórica que alguns de nossos vizinhos lançam sobre o Brasil um olhar similar que o México lança sobre os EUA, sem que o Brasil tenha a força econômica e política do gigante do Norte. (KARNAL, pg 94)”. O Brasil tendo sido uma *potência imperialista* contra seus vizinhos da América Latina (tão brutal quanto os Estados Unidos no México) mas que, em sua alegada “santidade”, nunca se assume em sua identidade enquanto opressor e imperialista. Neste sentido, acredito que seja relevante, portanto, repensar o papel do Rio Grande do Sul dentro dessa denegação histórica da violência brasileira, como fronteira militar ao Sul do país, e como esta denegação constitui nossa identidade.

Este conflito em assumir a própria agressividade parece, no entanto, se refletir de maneira diferente no Rio Grande do Sul, talvez pelo fato do Estado ter sido cenário de imensos conflitos territoriais, não podendo assim se considerar tão estável e pacífico quanto o centro do país. Além disso, o Rio Grande do Sul também teria sido território espanhol, possuindo, também, identidades contrabandeadas dos vizinhos castelhanos, do qual já fomos, por algumas décadas, conterrâneos e *hermanos*.

Assim que essa situação de instabilidade de pertencimento, e logo, de identidade sul-riograndense (brasileiros ou castelhanos?) foi resolvida com os tratados entre Espanha e Portugal, entramos em um outro momento dessa história

da violência: os conflitos militares de fronteira se transferem, num primeiro momento, para o interior do Rio Grande do Sul, com a “Revolução Farrroupilha”, e culminando na Guerra Civil de 1893. Posteriormente, este poderio de combate militar sul-riograndense será utilizado estrategicamente, como força militar nacional, em outros conflitos do Império.

O espírito guerreiro, forjado nas constantes refregas em que se envolveram os rio-grandenses, voltaria a se manifestar na luta fratricida entre gaúchos, na década de 1890. (...) Esta dualidade, que marca a história política sulina, estende-se ao longo do século 19 - Revolução Farrroupilha e Revolução Federalista - e alcança o século 20 com a Revolução de 1923.
(MOREIRA e BAUMGARTEN, 1993, Pg. 07-08)

Durante todos esses conflitos (*Guerra Grande* entre as forças de Orbes (Uruguai) e Rosas (Argentina) e a disputa entre o argentino Urquiza e o uruguaio Artigas), o Rio Grande atuou assegurando seu papel de guardião da fronteira nacional, fornecendo contingentes militares para as lutas. Este papel, a Província voltaria a realizar por ocasião da Guerra do Paraguai, contenda em que se envolve entre os anos de 1864 a 1870, juntamente com a Argentina e o Uruguai, para combater as forças de Solano Lopes, governador do Paraguai.

(MOREIRA e BAUMGARTEN, 1993, Pg. 07)

Será com o desfecho a partir do fim da Guerra Civil de 1893, já proclamada a República, que as elites positivistas sul-riograndenses irão conquistar hegemonia interna e, com isso, margem de negociação com o poder central do chamado “Café com Leite”. (Para mais detalhes desse complexo processo de transição e seu desenvolvimento posterior, que culminará na “Revolução de 30” getulhista, ver *Regionalismo Gaucho e a Revolução de 1930*, de Joseph Love)

Veremos que será durante da Guerra Civil de 1893 a força de milícias oficiais se reconfigurarão a instituição de uma polícia estadual, definindo um novo momento na organização daquilo que Max Weber define como *monópolio da violência pelo Estado*. Será durante os combates da Guerra Civil de 1893 que surge no Estado do Rio Grande do Sul, oficialmente, a Brigada Militar.

A RUÍNA DO CATI?

A história das guerras civis gaúchas, em geral, e a história das degolas em território rio-grandense do Sul, em particular, ainda estão por ser tratadas em extensão e profundidade.

(D'ÁVILA, 2010, pg. 17)

O registro da História comprova que, de todas as guerras desenroladas em solo gaúcho, a Guerra Civil de 1893 caracteriza-se principalmente pela crueldade. A degola, execução preferida pelos revolucionários, constituía a forma típica de eliminação do adversário. A todos ela atingia: homens, mulheres e crianças foram assim atacadas pelo inimigo.

(MOREIRA e BAUGARTEN, 1993, pg. 8)

Nas guerras civis gaúchas os clarins, além de soar os usuais toques de comando e de aviso, soavam o toque de “degola”. O toque de “degola” era usado o mais das vezes como arma psicológica.

(D'ÁVILA pg. 19)

No artigo *O Estado Positivista e a Brigada Militar: modernidade e violência na guerra civil de 1893*, o pesquisador Ronaldo Queiroz de Moraes procurará *historiar* o evento da Guerra Civil de 1893 como o momento de ruptura de toda uma lógica anterior, a partir da qual irá se constituir a nova lógica a ótica moderna do aparato coercitivo e policial no RS. Partindo de uma análise genealógica dos discursos e das práticas, o pesquisador irá analisar como se desenvolveu no contexto rio-grandense o momento decisivo da passagem da força repressiva das “Guardas Cívicas” às Polícias Militares Estaduais.

No ano de 1892 as forças da Guarda Cívica são renomeadas “Brigada Militar”, criando-se um efetivo comparável a um exército regional, força apta e “permanentemente disponíveis para guerra em defesa do Estado”. Aumento de efetivo, melhorias no soldo, maior disciplinarização, além de profundas mudanças no discurso: o exército é incorporado à administração burocrática do Estado, e o discurso positivista da época irá acelerar o processo de identificação do soldado como mais um outro funcionário público.

Nesse processo surgiu e foi se consolidando uma elite militar, que se aprimorando em técnicas de guerra, desenvolveu uma *instituição policial* nos moldes do Exército, e que se vinculou intimamente com os quadros políticos das elites políticas. Demétrio Ribeiro, ao projetar o futuro dessa nova organização, a definiu

como uma “Guarda pretoriana de Julio de Castilhos, a sustentação militar do regime” (KARKINOWSKI, 2010. Pg 14). A Brigada Militar então se constitui como polícia *enquanto* exército, sempre pronta para guerra. Esse *status* inicial da corporação teria tido seu início durante o governo de Borges de Medeiros, e passa por uma reconfiguração após o nacionalismo da Revolução de 1930.

Sob o regime nacionalista da Ditadura Vargasista, a Brigada Militar legalmente se torna apenas um braço local do Exército Nacional. O Estado-Nação getulista submeteria à força bélica das milícias a verticalidade do Exército nacional, o que produzirá conflitos internos na corporação da Brigada Militar. Por um lado há membros determinados a defender a função original de exército apto pra guerra continuada, especializado simultaneamente em diversos níveis, de defesa comunitária, de segurança e de ordem. Por outro lado, sempre houveram membros que tem buscado acatar a decisão das sucessivas Constituições Federais, que definem a corporação como apenas uma polícia de segurança.

A centralidade desse debate entre a necessidade e legitimidade de uma polícia militarizada, permanece urgentemente na pauta dos dias presentes deste trabalho. O *Cati histórico* está no coração deste momento histórico, representativo de uma etapa central na formação e transformação de toda uma mentalidade, a gênese da militarização da polícia, do Estado em guerra continuada contra ameaças sociais. Se as degolas se tornaram desaconselháveis a partir da Revolução de 30, no entanto, houveram todas técnicas de terror que se encarnaram no Estado Novo, vivenciado por Dyonélio em seu encarceramento. E esse Cati talvez ainda permaneça, enquanto sustentar-se a instituição de uma polícia militarizada.

É portanto que me parece, nesse sentido, que todo discurso por trás, toda estratégia de legitimação da militarização da polícia, de uma “sociedade” constantemente ameaçada por inimigos (os criminosos, os estrangeiros, o marginal, o vagabundo, o vândalo, etc), e toda técnica daí derivada numa guerra aplicada nos centros e periferias das cidades, os recursos do medo, as ilegalidades, as apreensões, atos de resistência, representam uma continuidade e uma herança das práticas do Cati. Essa continuidade se manifesta não só nos momentos em que afloram e aflorariam as Ditaduras Militares e os Estados de exceção, mas está presente, inclusive continuamente, nos períodos que chamamos de “democráticos”, num Estado que só se mantém seguro em sua “estabilidade” reprimindo toda e qualquer contestação à suas políticas excludentes.

IDENTIDADE DENEGADA

Será que, em face da obra de arte, o comportamento estético é uma atitude adequada? Ou será que o que compreendemos como “consciência estética” é uma abstração? A nova avaliação da alegoria, de que falamos, indica que, na verdade, também na consciência estética há um momento dogmático que firma sua validade. E causa diferença [sic] entre a consciência mítica e estética não deva ser absoluta, será que o conceito de arte não passará ele mesmo a ser questionável, por ser, como vimos, uma criação da consciência estética. Seja como for, não podemos duvidar que as grandes épocas da história da arte foram aquelas em que a gente se acercava das configurações, sem qualquer consciência do nosso conceito de “arte”, configurações, cuja função da vida, religiosa ou profana, era compreensível para todos e não era degustável para ninguém apenas esteticamente.

Pode-se acaso aplicar a elas o conceito de consciência estética, como tal, sem restringir seu verdadeiro ser?

(GADAMER, 1997, pg. 147)

A meu ver, um dos pontos essenciais para entendermos a alegoria de *Louco do Cati* está em seu silenciamento, essa violência contra o Outro (violência denegada), que talvez se origine no processo de legitimação das elites coloniais. “Não estivámos em guerra até que nos provocaram.” Essa condição de negação me parece central na resolução da personalidade do Louco do Cati, e por via de nossa análise, de certos aspectos da identidade do povo gaúcho. De que maneira a violência contra o Outro foi se legitimando ou se denegando em nossa comunidade? Seria o louco mera vítima ou também ex-participante do Cati?

A partir do livro, podemos pensar, também, na estigmatização do “louco” em nossa sociedade positivista/ocidental. Nesse sentido contextual, uma arqueologia da loucura, nos moldes propostos por Michel Foucault em *História da Loucura*, talvez trouxesse significações soterradas na obra, revelando fragmentos de disputas ideológicas no campo de legitimação de um saber/poder psiquiátrico. O Hospital São Pedro do Dyonélio-médico emergindo em fragmentos da obra.

Seriam nossas instituições psiquiátricas coloniais tão desenvolvidas, a tal ponto de possuírem registros escritos de embates de um saber-poder psiquiátrico-institucional desenvolvido? Estamos falando de loucura nas fronteiras do colonizado, à distância da Metrópole. A loucura a florada nos bastidores da Inquisição Católica no Brasil, mas também uma “loucura” quilombola, dos indígenas, que se realiza nas fronteiras de um saber não-institucional, onde talvez se registrasse uma definição de

loucura muito além da configuração do contexto europeu, e que talvez nem pudesse ser chamada de loucura. Esta contribuição de um trabalho de arqueologia, do que poderia se chamar a *loucura pós-colonial no RS*, contribuiria para um novo entendimento do espaço literário ocupado por este livro.

No entanto, sobre esse possível estudo da *loucura* no *Louco do Cati* (e para voltar ao contexto desse trabalho) viria a propósito a crítica que Jacques Derrida fez, na ocasião do lançamento do *História da Loucura* de Michel Foucault (PEREIRA, 1998): o método da genealogia sem dúvida resgata os conflitos de poder soterrados na construção dos saberes e desconstrói certas legitimações de “verdades” do saber científico. Mas, em sua metodologia racional, tal reconstituição ainda não resgataria o louco como sujeito do discurso.

Para Jacques Derrida, a metodologia de *História da Loucura* de Foucault sonharia ainda o local de fala ao Louco, tendo por trás de si uma razão integradora e conjugadora dessa pesquisa. Para Derrida, a pretensão de construir uma *arqueologia do silêncio* foi considerada “purista, intransigente, não-violenta e não-dialética”. “Derrida admite que, se quiséssemos ser os porta-vozes dos loucos, se quiséssemos escutar seu silêncio, como se dispôs Foucault, teríamos que utilizar, invariavelmente, a linguagem da ordem.” (PEREIRA, pg 640)

Usar o *Louco do Cati*, e a produção psiquiátrica de Dyonélio, nesse sentido, serviria com mérito para reconstruir os caminhos da constituição das “verdades” do saber-poder institucional da psiquiatria. O Louco tornado esse grotesco *cão de guarda* de nossos valores violentos denegados, o qual, como bom cão, ainda serviria muito bem para utilização em determinados fins. Mas deste modo ainda não “escutaríamos” sua (des)razão e o desespero de sua denúncia.

Enquanto propomos a questão da Alteridade gaúcha, a Psicanálise também seria um ótimo recurso de investigação, capaz de resgatar certas significações e nuances soterradas na obra de Dyonélio. Essa leitura psicanalítica partiria de um Dyonélio Machado na posição de precursor da psicanálise sul-riograndense (é de Dyonélio uma das primeiras traduções da obra *Mal-estar na civilização*, de Freud, no Brasil) e buscaria interpretar daí as evidências e sintomas do Louco no contexto do Rio Grande do Sul: o stress pós-traumático e a histeria de soldados pós-Revolução Guerra Federalista Civil de 1893 ou no ~~Estado Novo~~ na Ditadura de Vargas...

No entanto, para isto, teríamos que começar a encarar e ver com um olhar verdadeiramente trágico estes momentos de nossa história regional.

O LOUCO EM AÇÃO

O silenciamento da violência, somado à seu desejo inconsciente, parece estar na origem da personalidade do Louco. Memórias de seu passado indicam que, além da ameaça concreta da violência vista no quartel, a própria possibilidade de se falar sobre o Cati lhe era suprimida. Tentarei focar minha análise em alguns aspectos da personalidade do Louco, para tentar reconstituir, como possível, sua trajetória e desenvolvimento ao longo da narrativa do livro.

Vejamos os indicativos de sua subjetividade que poderiam ser resgatados nas descrições que o narrador faz a seu respeito, e nos comentários de outras personagens enunciados sobre o Louco. Há diversos trechos em que o Louco se comunica para além de sua histeria, participando de conversas e em uma cena, talvez até sorrindo.

- Sério. Como é todo seu nome?

- Maneco. Maneco Manivela.

O rapaz da direção refletiu um pouco. Depois agradeceu. A cara emoldurada na janelinha se dissipou. Por aquele vão, um pequeno retângulo, passava agora, lá longe, uma nuvem branca, lenta, contra um céu dum azul desmaiado pelo calor.

Depois dum momento Norberto voltou à carga:

- O Borboleta é dele?

- Não. O Borboleta pertencia a um ricaço (meio ricaço...) chamado Antônio Vitorino. Mas estava "encostado" na oficina do Maneco.

- Eu conheço esse rapaz há muito tempo - disse o chofer. E depois duma pausa:

- Tem um nome engraçado.

- Decerto é um apelido. [Falou o Louco]

Os dois voltaram-se vivamente. Mas o maluco já estava outra vez olhando pra frente, para longe...(MACHADO, 2003, pg.20)"

Tinha de consultar seu superior. Eles deviam aparecer no dia seguinte.

- Ele pensa voltar por mar? [sic] - Perguntou o funcionário.

Lopo julgava que sim. Aliás, por qualquer via.

-Eu quero por terra.

Aquela voz soou no gabinete com um tom estranho, subterrâneo.

Os dois fitaram o maluco. Ele não tinha nenhum outro desejo a exprimir.

Assumira outra vez o ar indiferente. (MACHADO, 2003, pg 137)

Nos dois trechos destacados vemos o Louco em interação. Pode se perceber, pelo espanto das pessoas ao lhe ouvir que foi súbita e inesperada sua participação, comunicando algo para além de seu silêncio, ou das crises de histeria sobre o Cati. Na cena a seguir temos inclusive, o Louco aparentemente sorrindo, ao ouvir seus companheiros descrevendo outro personagem excêntrico que não ele:

O pai desse Perdigão (contava Norberto mais tarde para os amigos), o pai dele ficara célebre por uma excentricidade: costumava guardar o doce em... urinóis.

O Louco do Cati teve um leve repuxo dos cantos dos lábios... Norberto atentou bem: um sorriso?! Procurou chamar a atenção de Lopo, surpreso e entusiasmado. Mas Lopo queria era ouvir a continuação: (MACHADO, 2003, pg 142)

Será que o Louco seria essa personagem puramente alienada, passiva, quase lobotomizada, que algumas leituras por vezes poderiam indicar? De um louco quase mudo, passamos a um louco que sugere que Manivela seja um apelido, e que talvez até sorria ao ouvir a narrativa de outro excêntrico. Há ainda as cenas com a personagem Nanci (MACHADO, 2003, pg. 163), e depois com a “mulher mongólica” (MACHADO, 2003, pg. 176-177 e depois em pg. 185-186), em que o Louco inclusive irá magnetizar o interesse das duas mulheres. Um louco mais participativo, quase até um bom-partido...

Há uma cena no capítulo *A Luta* que percebemos o Louco interrogando sobre a natureza da adesão do grupo na greve de fome: “- Ativos?... - O maluco punha o focinho no ar, procurando o sentido daquela tarefa. - que é que teriam então de fazer?... - Só não comer - esclareceu-lhe Norberto, secamente. (MACHADO, 2003, pg. 81)” A escritura “fenomenológica” de Dyonélio evita as facilidades que se teria ao descrever claramente o conjunto de reações do Louco. De qualquer jeito as evidências de um louco mais presente e participativo crescem até o desfecho da obra.

O semblante do Louco ao longo do livro também vai se modificando. Se no início temos um Louco deslocado, com roupas antigas, dinheiro velho e que engole “o seu bocado com a sofreguidão serena e irracional dum cachorro, sem mastigar, o focinho horizontal, olhando para diante.” (MACHADO, 2003, pg. 27), mais adiante veremos o Louco sendo alimentado e sendo vestido com o melhor que se conseguia arrumar. Sua perturbação parece quase ir assim se dissolvendo entre a *Gente Vivendo* (pra usar o nome de um dos capítulos do livro), de um completo deslocado no início da obra, irá se tornar ao final (talvez) apenas mais um sujeito que se poderia dizer de *pouca prática*, que apenas necessitaria de muito carinho, nos dizeres do personagem Ponsard (MACHADO, 2003, pg. 164).

Seria a trajetória do Louco ao longo do livro o retrato de um processo de cura idealizado por um Dyonélio médico/autor-adoecido?

A POSTURA DO LOUCO

Além de algumas participações do Louco, temos acesso também descrições do narrador a seu respeito. Gostaria de destacar principalmente algumas características relacionadas a ao seu porte físico e sua postura. É preciso recorrer à visualidade da cena, vê-lo: *Focinho no ar, procurando o sentido daquela tarefa*.

O passo de Norberto era mais firme, quase militar. Mas o trancão do companheiro, o seu trancão de maluco, vinha ele observando, que coisa, (está vendo?) que coisa mais indicada praquele gênero de viagem! A constatação deixou-o pensativo.

(MACHADO, 2003, pg.61)

Ela, sentada à sua frente, via-o na sua poltrona, numa posição que era um “trunfo” daquele pessoal do navio. Pelo menos, a nuca do companheiro já sentava com o resto do corpo. (...)

-Ora! ... ela está encantada com esse... maluco.

(MACHADO, 2003, pg. 182)

Descrito possuindo um dorso curvo (MACHADO, 2003, pg. 13), corpo descarnado (MACHADO, 2003, pg. 18) rosto magro lembrando um cão (MACHADO, 2003, pg. 27), cujo pescoço esticado “se movimentava interrogando” (MACHADO, 2003, pg.15, 18, 27, 81), o personagem vai de situação em situação, cena a cena, intrigando o grupo de pessoas por onde passa. Do curioso *homem do chapéu* na “primeira aventura” do bonde e maluco do grupo de excursionistas, à epifania final em que se descobrirá ainda jovem em meio às ruínas do Cati, o Louco vai se inserindo, sempre um pouco alheio, em diversas situações.

É reconhecido por vezes meio entre cão e criança:

“A mulher, como informou, tinha muita prática de viajar. (...) Quanto ao capitalista, recordava-se de haver uma vez viajado cuidando alguma coisa. Mas era diferente: era de trem e a coisa que ele cuidava era um casal de cães - galgos - para uma exposição. - Mas, de sua parte, podiam estar tranquilo”

(MACHADO, 2003, pg.164)

Apesar de ser meio excêntrico, o louco em princípio não gera desgosto em ninguém, é inofensivo. O cobrador do ônibus na primeira cena do livro simpatiza com o ele (MACHADO, 2003, pg. 14). Em seguida, o grupo da excursão para praia, comenta que, apesar de anacrônica, sua vestimenta, como um todo, tem algo que combina. Ele teria “Jeito desses gozadores que passeiam de bonde só para se

distrair” (pg. 18). No terço final do livro, inclusive vemos até votos de confiança no Louco:

“Mas ela não podia deixar aquela casa entregue à... filharada. É exato que havia o seu Cati. Muita coisa ele repararia. Assim, talvez depois de dar o almoço aos hóspedes, ela pudesse ir ver a pobre mulher. (...) as crianças estavam-se dando muito bem com o seu Cati. Era agora ele que tirava água do poço (pg. 203)

Um dos aspectos talvez indicativos dessa simpatia que a personagem vai despertando se dá nos momentos de sua alimentação. De início, a alimentação do Louco, sim, desperta asco em quem o observa:

“Maneco recordou aquele lanche sob a árvore da estrada, quando, com ares dum mistério gaiato, desencavara de dentro da caixa das ferramentas um pedaço de carne-seca. Cheirava um pouco a ferros, a graxa mineral. Trazia, aderentes, uns fios de estopa. O maluco engolira o seu bocado com a sofreguidão serena e irracional dum cachorro, sem mastigar, o focinho horizontal, olhando para diante.” (pg. 26-27)

Na próxima *cena de refeição*, o maluco ficaria de fora, pois estava em fuga dos fantasmas do Cati (MACHADO, 2003, pg. 35). No capítulo *Tudo vai bem*, o louco à mesa será advertido por Norberto e irá observar o costume de tirar o chapéu na hora da refeição, por educação. (MACHADO, 2003, pg. 74). No capítulo *Um dia triste*, é comentado que sua primeira refeição em alto mar “foi um acontecimento. - Estão enjoando [de tanto comer].” As refeições se seguem, e é notável que o personagem Dr. Valério, após sua afirmação de que o médico é justo único que não poderia diagnosticar definitivamente a loucura do Louco, convida-o para um banquete de camarões assim que o navio atracasse. (MACHADO, 2003, pg. 186)

No capítulo *Um piquenique é muito bom*, o Louco (aquele mesmo sujeito que engolia à seco um pedaço de charque encontrado dentro de caixas de ferramentas no início do livro) já se verá participando de um piquenique familiar com churrasco, salada e farofa, regado à cerveja e doces de sobremesas.

O que estas indicações me fazem supor é que a *composição do estômago* (nas palavras do narrador) talvez tenha um lugar de destaque no desenvolvimento da narrativa. Por fim, na última parte do livro, pra nossa surpresa, vemos o Louco do Cati dialogando normalmente com um coronel e um comandante, justamente os sujeitos que mais lhe trariam dolorosas lembranças do fantasma do Cati. E, no entanto, o Louco está ali em cena, com eles, fazendo perguntas e interagindo (MACHADO, 2003, pg. 229, 239, 248).

Cabe aqui a interrogação: Será que, dentro do desenvolvimento da narrativa, isto não seria o retrato de parte do processo de cura do Louco? Dyonélio Machado descrevia a si (em BORDINI apud GRAWUNDER, 1995, pg. 76) como um *hipocontríaco em matéria de comida*, “meio fanático, aluado em matéria de comida”. Em outro relato biográfico (MADRUGA, 1986, pg. 17) sabemos que Dyonélio, médico de formação, tinha horror a remédios e a outros médicos, acreditando de bom grado na cura através dos chás. Há relatos que seus filhos não tomavam refrigerantes pois Dyonélio considerava que não faziam bem pro estomago, e há outros relatos que dão conta de que momentos de refeições eram centrais na rotina familiar do autor.

Nesse sentido, poderíamos apontar que uma das interpretações possíveis para a trajetória do Louco ao longo da narrativa seja sua recuperação progressiva de sua saúde física, através, dentre outras coisas, de uma boa alimentação. Reencontramos assim o Dyonélio da escritura, o autor que narra acamado, narrando uma história para purgar seus traumas, suas dores, as memórias. O ato de narrar como parte do processo de cura das perseguições e das angústias do cárcere. Nesta leitura seria o desfecho do livro, com a chegada às ruínas do Cati, a ressignificação da experiência traumática virando a página do trauma, a etapa final da cura...

LOUCO DE CATI

Movia a cabeça com cautela.
O chapéu - sempre
Impecavelmente armado.

(MACHADO, 2003. pg. 138)

-E sabes? - disse Geraldo, voltando-se para ela. - Eu conheci esse Cati. Quero dizer: o lugar chamado Cati. Fica no município de Santana, no Rio Grande. Perto da fronteira com o Estado Oriental.

Ele então contou à mulher muita coisa que sabia: os horrores, as torturas, as perseguições, os degolamentos. O povo sofria muito com esse lugar - rematou.

Emborcou no seu copo um resto de cerveja que ficara na garrafa. Era quase pura espuma. A mulher pusera um olhar aceso no maluco. Depois, teve um segredo espantado no ouvido do esposo.

-Não! Que idéia... - Fez o homem. E tranquilizou-a:

Decerto ele nem tinha nada a ver com o Cati.

Ainda se haveria de saber...

(MACHADO, 2003. pg. 199)

Encerrando essa reflexão sobre as descrições da personagem, trago por fim uma última correlação, que poderia identificar a condição traumática do Louco. Trata-se de alguns trechos destacados ao longo do livro, e que, aparentemente, parecem se constituir como reminiscências de sua vida anterior. Estes parágrafos são passíveis de serem tomados em uma seleção à parte, por estarem todos eles destacados entre reticências. Estes trechos se encontram na página 20, 25, 26, 29, 33, 34 da primeira parte do livro, e só voltarão uma única vez mais, no desfecho da narrativa, na página 254. A psicanálise freudiana indica que uma experiência traumática pode ser ressignificada de maneira muito distinta da realidade do choque original, e portanto não teríamos como afirmar nada sobre a concretude das memórias, o quanto carregam de inconsciência ou fabulação... Mas vamos às referências.

O primeiro deste fragmento de memória que temos é o *menino-Cati* se despedindo da mãe, embarcando em uma diligência com dois passageiros bondosos, caras escanhoadas, distintas. Algumas memórias de viagens enquanto criança, e então, imagens de uma degola por ocorrer (MACHADO, 2003, pg. 29) Na próxima memória, vemos o *menino-Cati* quase presenciando outra cena de degola, interrogando sua mãe sobre o que estava acontecendo, ao que sua mãe manda que fique quieto, ordem que dá pela segunda vez no livro. (MACHADO, 2003, pg. 33-34)

Na memória seguinte, o *menino Cati* e seus amigos testemunham a chegada de “índios maltrapilhos” sobreviventes de um grande grupo de degolados. O *menino-Cati* vê passando próximo a si um dos grandes Tenentes do Cati, ouvindo dizer que este havia tido de trocar seu dólmã, pois o que vestia havia se ensopado de sangue no calor das degolas. O menino então observa suas feições excessivamente pálidas. (MACHADO, 2003, pg 34).

E por fim, há uma memória de um motim entre os oficiais, “os reflexos metálicos de botões dourados sobre dólmãs negros”, entrechocar das espadas, e o *menino-Cati* lembrando ao ouvir esta narrativa, que “só via caras pálidas, fantásticas, em uniformes negros, lendários.” (MACHADO, 2003, pg. 34)

O livro transcorre sem nenhum outro destes parágrafos iniciados com reticências, e será ao final do livro que teremos outro, no seguinte trecho, meio camuflado entre a visão epifânica do Louco vendo as ruínas do Cati:

...Quando saía, à noite, de casa, sem ninguém ver, na figura dum cachorro, - não era mais um homem: tinha virado um lobisomem. Comia imundícies, em todos os monturos... Tão nojento era, tão negro por dentro (e tanto empenho tinha em se tornar cada vez mais negro, para aquela gira de maldade), que não podia comer outra coisa. No outro dia, sabia-se que aquele homem estranho era o lobisomem, por que se punha a vomitar tudo aquilo. Limpava-se, para passar a semana...

Uma vez esse “homem” se casou, sem a moça saber quem ele era. Numa sexta-feira, de noite, a mulher, vestindo um vestido de baeta encarnada, foi atacada por um cachorrão preto, quando saía do pátio. Os dentes do animal e os seus olhos brilhavam no escuro. Ela se defendia. O cachorrão (o lobisomem) quase despiu-a, a dentadas; a sua saia de baeta vermelha ficou toda em tiras. A mulher porém conseguiu fugir para dentro de casa. Trancou-se. Só abriu para o marido, tarde da noite. Ele vinha cansado (e o olhar negro). Dormiu. Mas no meio da noite, a mulher sentou na cama, erguida por um arrepio, como uma mola; descobrira uma coisa horrível! Entre seus dentes, enxergava os fiapos de sua baeta encarnada. (MACHADO, 2003, pg.254)

O Louco cultivou e carregou algo sinistro dentro de si. *Tanto empenho tinha em se tornar cada vez mais negro, para aquela gira de maldade*, “Tão negro por dentro”. O homem-lobo ataca uma mulher, rasgando suas roupas à dentadas (talvez uma possível ressignificação de uma cena de estupro?). Muitas sugestões podem ser feitas a partir desse trecho, principalmente do viés psicanalítico. Uma coisa é certa: o sujeito de memórias como estas escondia uma grande violência dentro de si.

É de se destacar também o Louco “se alimentando de lixos e monturos” deste fragmento de memória, o que condiz com seu aspecto com a chegada em cena no

início do livro. Irá corroborar com a ideia de que parte da narrativa seja o processo de cura e reabilitação social do Louco, do qual a visão das ruínas do Cati seria a etapa final.

Enumerando as memórias que aparecem destacadas entre reticências, teremos então: um menino curioso pelo segredo do Cati. O menino quase presenciando uma cena de degola. Um menino atento o suficiente para notar a palidez do tenente após uma cena de degola. Um menino indo embora em uma diligência, com sujeitos distintos, de rosto escanhado.

Fica uma questão a partir disto: terá se tornado esse *menino Cati* uma espécie de combatente? Seria a diligência de sujeitos distintos, com o rosto bem barbeado, na típica higiene militar, um grupo de milícia? As descrições da postura tensa de Cati, sua condição de estar sempre em posição neutra nas cenas, à espera de algo, me parecem indicar algo no sentido dessa leitura do Louco como um ex-combatente...

ALGUMAS CONCLUSÕES ATÉ AQUI

Isto! Isto é o Cati!

É a Arte que, no meu conceito, vai além da figura do artista, e é do público que obtém os últimos retoques. Não raro o leitor escreve por nós, sem se dar conta, muita coisa que não nos ocorrera. Tem mais verdade do que se imagina no refrão “quem conta um conto”...

(MACHADO, 1990)

Para concluir, gostaria de esboçar algumas considerações preliminares. Muito mais que definir uma leitura única e redutora da alegoria do livro, pretendo traçar algumas interpretações partindo dos trechos apresentados.

Se é verdade que o *menino Cati* buscava compreender o Cati e suas degolas, que esta sua curiosidade foi reprimida pela família, e que o Louco, cultivando algo negro dentro de si, posteriormente teve períodos obscuros em que se viu transformado em lobisomem antes do início da narrativa, então é permitido supor, a partir do contexto da Guerra Civil de 1893, que o Louco tenha pelo menos testemunhado efetivamente alguma cena de degola. Talvez seja lícito supor, também tenha acabado degolando alguém, já que as degolas ocorreram em ambos os lados, continuando após a Guerra Civil de 1893 pelo menos até os anos 1930 (D'ÁVILA, 2012). Os militares do Cati fizeram item de exportação das técnicas do Cati, as táticas de guerra, as estratégias do medo, da humilhação, da degola, do estupro. E, lembremos, que para combater o Cati naqueles tempos, também se agia *como no Cati*.

A imagem do Louco como um ex-combatente se relaciona com as descrições da postura vagamente militarizada, que seu pescoço esticado à frente parece representar. O Louco em cena tem uma presença sempre tensionada, como que em estado de espera de algo. Uma tensão, quase como uma “posição de sentido”, remotamente militar. Por vezes alheio às conversas, em outras cenas responde com exatidão sua opinião. É curioso que D. Miroca (MACHADO, 2003, pg. 206) considerasse o Louco como alguém que pudesse fazer alguns reparos em sua casa de campo, além de puxar água do poço e brincar com as crianças. Ao menos pra D.

Miroca, aparentemente a figura do Louco seria alguém disposto, que poderia realizar certos feitos nesse sentido, e não um louco alienado, totalmente alheio ao mundo.

Essa leitura do Louco parece retomar sua presencialidade em cena. Muito mais do que valorizar os silêncios do Louco, iremos valorizar assim também suas falas, a validade de sua mensagem. Se haveria algum sentido nesse grito que se repete ao longo do livro, como uma espécie de refrão do Louco, esse *j'acuse!* do Louco do Cati (*Isto!! Isto é o Cati!*), tentemos como ele visualizar a continuidade desse fantasma, esse assombro de nosso personagem em sua "aventura".

Lembremos-nos da ocasião da gênese do texto: a prisão de Dyonélio no regime ~~da~~ ~~Estado~~ ~~Novo~~ Ditadura Vargasista, narrada em seu livro de memórias no episódio *Um episódio sob o terror*. Por fazer política contra a ditadura de Getúlio Vargas durante a II Guerra Mundial, Dyonélio iria permanecer preso por dois anos, entre Porto Alegre e Rio de Janeiro. Enquanto em Porto Alegre, será num quartel da Brigada Militar, na Rua dos Andradas, que Dyonélio iria permanecer encarcerado.

O livro *Louco do Cati* seria então essa espécie de ponte alegórica entre o Cati da Guerra Civil Federalista de 1893, e o presente: quartel da Brigada Militar. A continuidade histórica entre o Cati histórico, se sobressai portanto à relação com o Estado militarizado de Getúlio Vargas, como a maioria das leituras da alegoria apontam.

Justificando a leitura: se nós, os "não-loucos", temos razão em afirmar que as visões do retorno do Cati no *não-Cati* sejam equivocadas (as denúncias do Louco ao longo do livro, ao perceber simulacros de instituições militares, atribuídas à meros *ataques históricos*), e que estas seriam apenas *analogias equivocadas*, vindas de uma vítima de condição pós-traumática (cuja razão seria interdita, portanto)... então é lícito supor que, sua visão catártica final da ruína do Cati histórico também seja fruto da mente traumatizada (e equivocada) do Louco. Se visto como um alienado, cujos "ataques históricos" de denúncia não possuem razão, ele talvez não tenha razão em ver o fim (e não perceber a continuidade) do Cati Histórico para além de seu contexto histórico, da Guerra Civil de 1893 para a militarização da polícia.

Ou talvez, por outro lado, suas denúncias (*Isto é o Cati!*), ao longo do livro, já estejam apontando para sua percepção dessa continuidade. De ambas as maneiras, teremos e escutaríamos agora o *Louco que fala*.

E mais ainda, será que seu desejo em *ver* a ruína do Cati, desejo de destruição que carrega uma violência implícita demasiado intensa, será que esse

desejo não representaria uma continuidade do Cati, ao avesso? Como quando os combatentes, ao enfrentar o Cati, recorriam também às degolas? A continuidade do Cati, neste sentido, transcenderia a própria ruína histórica do Cati, no desejo psicótico remanescente na busca de vingança do Louco.

Permitamo-nos ouvir mais uma vez a voz e a denúncia do Louco. Imagem da tortura esquecida:

Muito mais do que simples economia de munição para armas de fogo em uma sociedade onde este suprimento custava caro, como sugerem por sua vez alguns, a degola era uma forma de vingança, de humilhação da vítima mesmo depois de morta, que consternava profundamente amigos e familiares. De fato, são recorrentes as referências [...] a vítimas que foram degoladas após serem assassinadas a tiros ou a facadas. Essa suprema forma de humilhação podia ainda ser acompanhada, em casos mais específicos, de um requinte último, que era o corte da genitália das vítimas e a inserção daquelas em suas bocas, punição aplicada especialmente para aqueles indivíduos suspeitos de estupro. Não por acaso, os cadáveres costumavam ser deixados insepultos e à mostra, pois serviam de exemplo, transmitindo o recado de vendeta. Portanto, a degola parecia ter como pré-condição a expressão de uma vingança pessoal que ganhava dimensão no campo da política partidária. (AXT, 21-22. apud D'ÁVILA. Pg 24)

Do que falamos quando definimos um Cati histórico? Ou melhor, do que não falamos, quando falamos de um fim e da ruína de um Cati histórico? O elemento chave dessa leitura seria, assim, não o silêncio, a passividade, de um Louco alienado, mas sua voz, seu grito de terror. No fato de que, apesar de tudo o que passou, o Louco ainda grita, ainda vê possibilidade de saída pela comunicação, e pela denúncia dessa violência denegada que não assumimos como nossa.

Interpretando neste sentido, podemos ver a continuidade do Cati no Estado militar que surge durante a Guerra Civil de 1893, e que vem permanecendo, desta maneira, até os dias de hoje numa instituição policial em guerra constante contra seu povo.

Sob esse viés de leitura, o personagem Louco do Cati se constituiria num *anti-Capitão Rodrigo*²: Uma figura continuamente revelando o lado negro de nossa mitologia tradicionalista e do “heroísmo gaúcho”, desfazendo os folclorismos que transformam substratos de cultura popular ideologia elitista e hierarquias ficcionais para galpão. Folclorismo que quando narra uma guerra civil extremamente cruel e

² O Capitão Rodrigo heróico da leitura folclórica e anedótica, da leitura romântica, o herói gauchesco, que permanece circunscrito aos limites de *Continente*, e não de todo *O Tempo e o Vento*. O admirado herói Capitão Rodrigo que entra em cena ameaçando *Nos pequenos dou de prancha e nos grandes dou de talho!*, contra o Louco do Cati, entrando em cena acuado, fugindo de um passado secreto em brilharam cenas fantásticas de degolas, cercos, batidas, perseguições e estupros.

genocida como uma “Revolução” heróica, e que continuamente vai deslocando o Diferente, o Outro, para o lado de um adversário a ser enfrentado e destruído.

Nessa leitura, enfim, resgatamos também o Dyonélio de sua primeira detenção, acusado pelo delegado de *indispor a população civil contra o Exército*. Do Dyonélio escritor-maldito, temos uma personagem que constantemente vagará por nossas ruas, sempre a nos lembrar de um passado sombrio por trás das instituições policiais sul-riograndenses, e que a cada quadra em que despontasse um quartel ou uma viatura da Brigada Militar, iria acusar alarmado: *Isto! Isto é o Cati!!*



Monumento em homenagem a este *grande marco estratégico* que foi o Cati.

“Esse quartel é uma filosofia”

(João Francisco Pereira de Souza,
a “Hiena do Cati”)

“Não se prende republicano
por matar maragato”

(Adágio das autoridades
republicanas durante
a Guerra Civil de 1893)



O fim do Cati?

BIBLIOGRAFIA

MACHADO, Dyonélio – *O Louco do Cati : (aventura)* / Dyonélio Machado. - 5. Ed – São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2003.

FISCHER, Luiz Augusto – *Coruja, Qorpo-Santo & Jacaré: 30 perfis heterodoxos* / Luís Augusto Fischer. – [1ª Ed.] – Porto Alegre, RS: L&PM, 2013

HOHLFELDT, Antônio – *Dyonélio Machado*. – Porto Alegre, 1987: IEL (Série Letras Rio-Grandenses número 10)

BARBOSA, Márcia Helena Saldanha - *A paródia em: “O Louco do Cati”*. Porto Alegre: EDIPUCRS; Pref. Mun. Quaraí, 1994. 62 pgs.

BARBOSA, Márcia Helena Saldanha - *Dyonelio Machado*. Organização de Márcia Helena Saldanha Barbosa & Maria Zenilda Grawunder. Porto Alegre: UE/PORTO ALEGRE, 1995 86 pgs.

GOMIDE, Bruno Barreto. - *Da Estepe à Caatinga - O romance russo no brasil (1887-1936)* / Bruno Barreto Gomide. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011. 768 pgs.

MACHADO, Dyonelio. *Memórias de um pobre homem*. Pesquisa, apresentação e notas por Maria Zenilda Grawunder. - Porto Alegre: IEL, 1990. 135 p.

GRAWUNDER, Maria Zenilda. *Instituição Literária: Análise da legitimação da obra de Dyonelio Machado* - Porto Alegre: IEL : EDIPUCRS, 1997. 160 p (Coleção Ensaios)

ZILBERMAN, Regina - *A literatura no Rio Grande do Sul*. 2. ed. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1982. 172pg. (Série Revisão, 2)

TILL, Rodrigues - *Dyonelio Machado, o Homem - A Obra*. - Porto Alegre : E.R.P. Edições, 1995

DACANAL, José Hildebrando - *Nova Narrativa Épica no Brasil*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro / Sulina, 1973 - 164 pgs.

FERNANDES, José. *O existencialismo na ficção brasileira*. Goiânia: Ed. da Universidade Federal de Goiás, 1986

GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e Método* / Hans-Georg Gadamer: Tradução de Flávio Paulo Meures. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MERLEAU-PONTY, Maurice (1908-1961). *Fenomenologia da percepção* / Maurice Merleau-Ponty ; [tradução Carlos Alberto Ribeiro de Moura]. - 2- ed. - São Paulo : Martins Fontes, 1999. - (Tópicos)

KARNAL, Leandro. *Brasil e América Latina: História Denegada*. in Ciências & Letras - n.28 (ago. 2000 - pg. 91,97) - Porto Alegre: Faculdade Porto-alegrense de Educação, Ciências, e Letras, 1979

DACANAL, J. H. - *RS: Modernização X Arcaísmo - trinta anos na trincheira* / J.H.Dacanal. - Porto Alegre: Leitura XXI / EST, 2004. 154 p.

FREITAS, Décio (org.) - *RS: Cultura e ideologia* [por] Décio Freitas [et al.] Org. José Dacanal e Sergius Gonzaga. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1980. 168p

LOVE, Joseph. – *O regionalismo gaúcho*. São Paulo, Editora Perspectiva: 1975

MORAIS, Ronaldo Queiroz de. – *O Estado Positivista e a Brigada Militar: modernidade e violência na guerra civil de 1893*. In Ciências & Letras – n.41 (jan/jul 2007 – pg.270-282). Porto Alegre: Faculdade Porto-alegrense de Educação, Ciências, e Letras, 2007

KARNIKOWSKI, Romeu Machado. – *De Exército Estadual à Polícia-militar: O papel dos oficiais na policialização da Brigada Militar (1892-1988)* – (Tese Doutorado; Sociologia) – Porto Alegre: UFRGS, 2010

ABREU, Luciano Aronne - *Um olhar regional sobre o Estado Novo*. / Luciano Aronne de Abreu. - Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007. 312 pgs. (Coleção Nova et Vetera; 12)

CAMPOS, Haroldo de - *O Sequestro do barroco na formação da literatura brasileira: o caso Gregório de Mattos* / Haroldo de Campos. - Salvador: FCJA, 1989. 129 pgs.

EAGLETON, Terry. - *Teoria da literatura: uma introdução* / Terry Eagleton; tradução Waltensir Dutra; revisão da tradução João Azenha jr.] 3ª Edição - São Paulo: Martins Fontes, 1997

COMPAGNON, Antoine. - *O Dêmonio da teoria: literatura e senso comum* / Antoine Compagnon; tradução de Cleonice Paes Barreto Mourão - Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999 305p.

As Armas do Texto: a literatura e a resistência da literatura / Organizadores Michel Peterson, Ignacio Antonio Neis. - Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2000

SARTRE, Jean-Paul - *Que é a literatura?* - São Paulo: Editora Ática, 1989

LAGO, Clenio - *Experiência Estética e Formação. Articulação a partir de Hans-Georg Gadamer.* Clenio Lago - Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014

GADAMER, Hans-georg. *Hermenêutica em retrospectiva.* Hans-geord Gadamer; Tradução Marco Antônio Casanova - Petrópolis, RJ: Vozes, 2007

GADAMER, Hans Georg. *O problema da consciência histórica.* Org. Pierre Fruchon. Trad. Paulo César Duque Estrada. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

PALMER, Richard. *Hermenêutica.* Lisboa: Edições 70

GREEN, André. - *O Trabalho do Negativo.* André Green; Tradução: Fátima Murad. - Porto Alegre: Artmed, 2010. 315 pg.

DELEUZE, Gilles - *Mil Platôs - capitalismo e esquizofrenia. Vol 4* - Gilles Deleuze, Félix Guattari. tradução de Suely Rolnik - São Paulo : Ed.34, 1997 - 176 pg (Coleção Trans)

BIRMAN, Joel - *Estilo e modernidade em psicanálise.* Joel Birman - São Paulo: Ed. 34, 1997. 240 pg.

LACAN, Jacques - *Escritos.* Jacques Lacan; tradução Vera Ribeiro. - Rio de Janeiro, Zahar, 1998

FOUCAULT, Michel - *Os Anormais : curso no Collège de France (1974-1975)/Michel Foucault;* tradução Eduardo Brandão. - São Paulo: Martins Fontes, 2001 (Coleção Tópicos)

PEREIRA NETO, André Faria. - *Foucault, Derrida e a História da Loucura: notas sobre uma polêmica.* - Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 14(3):637-641, jul-set, 1998